

# **A CONTRIBUIÇÃO DOS ANARQUISMOS À COMPREENSÃO DA FORMA ESTADO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO**

*A CONTRIBUTION OF ANARCHISMS TO THE UNDERSTANDING OF THE STATE FORM IN  
GEOGRAPHICAL THOUGHT*

**Alex Rosa Campani<sup>1</sup>**

**José Vandério Cirqueira Pinto<sup>2</sup>**

## **RESUMO**

Há priorização de pensadores e categorias no estudo do pensamento geográfico. O objetivo é perscrutar os pensadores com linguagem de anarquismos na crítica ao Estado moderno. A pesquisa é qualitativa, cujo método é a revisão bibliográfica e análise imanente dos textos selecionados de Bakunin e Kropotkin. O principal resultado é das formas socioespaciais emancipatórias ao Estado. Uma conclusão é a crítica negativa ao Estado como contribuição categorial ao pensamento geográfico.

**Palavras-chaves:** Anarquismos; Estado; Pensamento Geográfico

## **INTRODUÇÃO**

O estudo do pensamento geográfico frequentemente negligencia os pensadores do anarquismo, apesar de suas contribuições para a análise crítica sobre território, poder e sociedade. Esta falta de inclusão reflete uma lacuna no pensamento geográfico, que tradicionalmente favorece abordagens mais convencionais e institucionais. A despeito de não realizarmos nesta pesquisa um estudo geral da gênese e da função do Estado, de todo modo objetiva perscrutar as contribuições dos anarquismos – geógrafos com linguagem de anarquismos e anarquistas com linguagem geográfica – em sua crítica negativa do Estado moderno e como sua perspectiva poderia enriquecer e desafiar o ensino de Geografia numa perspectiva emancipatória.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa<sup>3</sup> consiste em uma análise imanente de textos selecionados de pensadores do anarquismo, os execrados pelo cânone acadêmico, ou em outras palavras, geógrafos com linguagem de anarquismos e os anarquistas com linguagem geográfica, a saber: i) Mikhail Bakunin (Estatismo e Anarquia; Três conferências feitas aos operários); e ii) Piotr Kropotkin (O Estado e seu papel histórico; A decomposição dos Estados). A abordagem de análise se assenta no campo da pesquisa qualitativa (Gil, 2021; Punch, 2021), pois envolve

---

<sup>1</sup> Discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Campus Riacho Fundo; alex.campani@estudante.ifb.edu.br.

<sup>2</sup> Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Campus Riacho Fundo; jose.vanderio@ifb.edu.br.

<sup>3</sup> Este trabalho em andamento tem financiamento da FAP/DF, através do projeto PIBIC/IFB 2024-2025.

um conjunto de diferentes técnicas (métodos) interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de dado fenômeno do mundo social.

A pesquisa qualitativa não é meramente uma escolha arbitrária do pesquisador, mas sim, uma exigência do objeto investigado ao requerer ser escrutinado em decorrência da ortodoxia acadêmica tê-lo negligenciado nos estudos de pensamento geográfico. Por fim, esta pesquisa se restringirá ao século XIX e início do XX, em outros termos segundo Moreira (2022, p. 13): “o paradigma fragmentário da modernidade industrial”.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os anarquismos, como corrente política e filosófica, emergiram como uma crítica radical ao Estado, à autoridade hierárquica e ao poder coercitivo (Springer, 2016). No entanto, os anarquismos não se limitam apenas à essas críticas, também oferecem alternativas acerca de como a prática revolucionária se conforma de modo socioespacial, numa leitura de intervenção política em forjar modos de participação e decisão.

Desse modo, como os pensadores desta pesquisa se inscrevem no período classificado como modernidade, as influências paradigmáticas ao pensamento geográfico podem assim ser apreendidas segundo Moreira (2022, p. 13-45) como uma dada relação entre “fundamentos filosóficos” e “paradigmas”, sendo a primeira determinada pelas “fontes de referência filosófica” e a segunda pelo “formato”.

Os geógrafos com linguagem de anarquismos e os anarquistas com linguagem geográfica se imiscuem neste paradigma moderno argumentado por Moreira (2022, p. 24) como de “[...] uma fase de extrema fragmentação do conhecimento”. Não obstante esse fato, as categorias socioespaciais emergem em consonância as tensões políticas (de representação e participação) e econômicas (trabalho e capital) numa modernidade que se pretende à investigação entre sujeito e objeto. Ademais, numa cirúrgica argumentação de Gomes (1996, p. 26) a modernidade se assenta no “[...] território da razão, das instituições do saber metódico e normativo” como também nas “diversas ‘contracorrentes’, contestando o poder da razão, os modelos e métodos da ciência institucionalizada e o espírito científico universalizante”.

Sendo assim, segue-se o itinerário preliminar acerca da compreensão do Estado moderno pelos anarquismos e como podem categorialmente contribuir ao ensino de Geografia:

### **Mikhail Bakunin: anarquista com linguagem geográfica**

O período que se estende do século XVI ao XIX é marcado por uma certa territorialização dos “movimentos reacionários” na Europa (Bakunin, 2003, p. 32), os quais se prefiguram para um novo tipo de sistema estatal que vai se aperfeiçoando até alcançar o seu acamamento final. O epicentro desta finalização é a Prússia de Bismarck que consolida uma nova forma de organização socioespacial, centralizada: o Estado moderno.

O “mundo moderno”, o qual condiciona Estado moderno, é constituído por dois processos que tem suas repercussões na hodierna sociedade, a saber, a “revolução religiosa”, doravante “Reforma” e a “Revolução de 1789” (Bakunin, 2011, p. 59-71). A conformação de um período ressoa ao olhar atento deste revolucionário, embora geograficamente disposto no velho continente (Europa), pois o que foi gestado ali se disseminou pelos demais continentes como uma força centralizadora e hierarquicamente instituída por dispositivos reguladores da tensão social, da representação política e da exploração econômica.

É categórico em Bakunin (2003, p. 72-74) um diagnóstico multifacetado das tendências postas pelas lutas sociais advindas das revoluções burguesas, sejam elas: i) “república democrática”, e ii) “despotismo monárquico”. Sendo assim, independentemente se oriundas dos levantes burgueses ou do proletariado o que está em disputa é o expediente “comum a toda a humanidade”, deliberadamente conhecido como “liberdade do indivíduo” (Bakunin, 2003, p. 72). Observa-se como característica da modernidade o traço conferido às disputas de classe dos paradigmas de igualdade e liberdade, haja vista para Bakunin (2003, p. 72) se tratar de uma falsa liberdade quando concedida na forma de “liberdade política”, assevera-se: não há “liberdade política sem a igualdade econômica”.

Nesse sentido, o programa da “revolução social” se resvala no paradigma do “mundo moderno”, porquanto consubstanciado como um inimigo a ser combatido pela classe burguesa que ascendeu nos processos socioespaciais de “tendências estatistas” (Bakunin, 2003, p. 73). Não se trata de um fim em si mesmo, mas o limiar – pode-se até compreender como meio – em reconhecer não o que há de comum e, sim, o que há de diversidade no povo – nas suas inúmeras identidades –, uma vez que a unidade não sufoca a individuação, pelo contrário, ela numa sociabilidade assentada na fraternidade e livre associação propicia o empoderamento daquela última (Bakunin, 2003, p. 102-103).

Assim, a forja territorial do agente, o proletariado, como sendo segundo Bakunin (2003, p. 73) o responsável pela “[...] abolição de toda exploração e de toda opressão política ou jurídica, governamental ou administrativa, quer dizer, a abolição de todas as classes por meio do nivelamento econômico de todos os bens e da destruição de seu último bastião, o Estado”.

### **Piotr Kropotkin: geógrafo com linguagem de anarquismos**

A pretensa conformação de uma organização social que possa mediar os vínculos social, econômico, político, cultural e ambiental se forjaram num transcurso um tanto casual. Para Kropotkin (2005, p. 28) o “Estado conseguiu imiscuir-se em todas as manifestações de nossa vida”, todavia, não passa de um produto historicamente construído (Kropotkin, 2000). Esta abstração da formação do Estado é de importância não somente científica como de possibilidade à revolução social (Kropotkin, 2000), uma vez que apresenta implicações socioespaciais de como se objetiva os princípios de igualdade e liberdade.

É premente à modernidade a dicotomia entre esses princípios, porquanto não haveria o porquê delas conferirem a este geógrafo anarquista uma simples digressão do liberalismo burguês. A objetivação destes princípios de igualdade e liberdade como dispositivos externos é sistematicamente combatido, haja vista para Kropotkin (2000, p. 55) a conformação do “espírito de disciplina e de organização autoritária” na disputa socioespacial.

A prática socioespacial que se predominou nesta disputa se deriva do surgimento do Estado em meados do século XVI, visto que conforme Kropotkin (2000, p. 55) se “[...] principiou por destruir todos os laços de união que existiam entre cidadãos, quer das cidades, quer das aldeias”. Não obstante esse fato, a forma acabada do Estado moderno coincide com a revolução francesa e, posteriormente – não só temporal, mas mediado por pressupostos teóricos e políticos-ideológicos consubstanciados espacialmente –, com a revolução industrial. No caso dessas revoluções, na primeira se tem o escrutínio das engrenagens administrativas responsáveis por obstaculizar o desenvolvimento da indústria; já a segunda se beneficia em seu alvorecer pela supressão destas mesmas engrenagens.

É neste recorte da modernização, concomitante às revoluções supracitadas, que o amadurecimento do Estado se engendra (Kropotkin, 2005), por conseguinte, açambarcando

uma série de elementos – a título de exemplo: greve, lutas de classes, liberdade de pensamento, educação das crianças, imposto, recursos à guerra etc. –, por vezes, apropriados e convertidos em dispositivos/mecanismos de regulação, ou em outros termos, a estrutura do Estado pode se comportar de modo inexorável mas com as suas funções se alterando de modo socioespacial.

Esta determinação socioespacial dos princípios de igualdade e liberdade tende a se subsumir<sup>4</sup> na figura do cidadão em detrimento de sua figura antagônica das “fraternidades livremente ajuramentadas”<sup>5</sup>, ou seja, o Estado moderno na argumentação de Kropotkin (2000, p. 85) impele a “[esquecer] o teu vizinho, o teu camarada, o teu companheiro, visto que, como bom cidadão, só deves conhecê-los por intermédio dos organismos estatais”.

### **Uma bronca possível dos anarquismos ao pensamento geográfico**

Numa perspectiva imanente, Bakunin e Kropotkin podem assim ser encarados como os antagonistas de uma ciência, a Geografia, a qual já nasceu clivada (século XIX e primeira metade do século XX) nos marcos acadêmicos (Moreira, 2022; Souza, 2013). Não obstante esse fato, a modernidade açambarcou o processo de dispositivos reguladores do poder político e econômico, resultando no que Castro (2005, p. 106-110) categoriza como “Estado moderno territorial” – nos termos de pensadores dos anarquismos: Estado centralizado e autoritário.

Bakunin argumenta que a formação dos Estados modernos ocorreu através de processos que concentraram poder nas mãos de burocratas, militares e capitalistas, em detrimento das liberdades individuais e da autonomia das livres associações. Kropotkin, por sua vez, ao analisar a evolução histórica do Estado e sua relação com a “livre federação dos interessados” (Kropotkin, 2000, p. 92), suscita a possibilidade dos povos em se auto-organizarem de maneira descentralizada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O escrutínio em textos não canônicos, de pensadores dos anarquismos, possibilita uma incursão à modernidade, a qual moldou igualmente a crítica negativa ao Estado. As ferramentas pelas quais se incorreu – na hodierna sociedade ainda se incorre – uma participação/intervenção socioespacial no tensionamento a forma política é diversa pelos pensadores analisados. Embora eles possam representar uma parcela da totalidade – aos menos no que se comumente emprega como clássicos do anarquismo – daqueles que se debruçaram na forma política do Estado, escarafunchar os vestígios sedimentados nestes 200 anos reascende o debate acadêmico, ao menos é o que se intenta, alçado como estudo ao pensamento geográfico.

Por fim, faz-se imprescindível escrutinar – este texto é parte preliminar de uma pesquisa em andamento – as formas políticas, mesmo que incipientes, das organizações socioespaciais emancipatórias propugnadas pelos pensadores dos anarquismos ao efetuarem a crítica negativa à representação étnica do Estado, na sua forma hodierna entendida como etnoestado.

---

<sup>4</sup> Consultar a nota 70 de Marcos Lutz Müller acerca da não escolha por “suprassumir” (Hegel, 2022, p. 173-175).

<sup>5</sup> Ao longo do texto de Kropotkin se pode apreender como a oposição – até mesmo a negação – direta às arbitragens dos organismos desta instituição histórica, o Estado (Kropotkin, 2000, p.75-78).

## REFERÊNCIAS

- BAKUNIN, M. A. **Estatismo e Anarquia**. São Paulo: Nu-Sol: Editora Imaginário, 2003.
- BAKUNIN, M. A. **Três conferências feitas aos operários**. *In*: COELHO, P. A. (org.). O princípio do Estado e outros ensaios. São Paulo: Hedra, 2011.
- CASTRO, I. E. de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2021.
- GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- HEGEL, G. F. W. **Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito: direito natural e ciência do Estado no seu traçado fundamental**. Tradução e Notas: Marcos Lutz Müller. São Paulo: Editora 34, 2022.
- KROPOTKIN, P. **O Estado e seu papel histórico**. São Paulo: Editora Imaginário: Nu-Sol, 2000.
- KROPOTKIN, P. **A Decomposição dos Estados**. *In*: Palavras de um revoltado. São Paulo: Editora Imaginário: Ícone Editora, 2005.
- MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica**. 2. ed. 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2022.
- PUNCH, K. F. **Introdução à Pesquisa Social: abordagens quantitativas e qualitativas**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021.
- SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SPRINGER, S. **Geografias anarquistas: uma breve genealogia**. Verve, São Paulo, SP, n. 30, p. 158-192, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/36998>. Acesso em: 25 fev. 2025.